

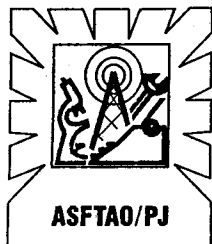
**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS
TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES E OPERÁRIOS
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Comunicado 13 – 2005/05/06

Conforme previamente marcado, a Direcção Nacional da ASFTAO/PJ foi recebida pelo Senhor Ministro da Justiça, no passado dia 6 de Maio.

Desta reunião, pretendemos dar conta que:

- Após se ter explicitado ao Senhor Ministro, Dr. Alberto Costa as características do Quadro de Pessoal da PJ e a representatividade da nossa Associação, manifestámos a nossa preocupação no atraso de quase 5 anos, na publicação da Portaria do Suplemento de Prevenção do Pessoal Operário e Auxiliar, tendo o Senhor Ministro, de imediato, manifestado o seu apoio à nossa pretensão, de reiniciar o processo de cabimentação e publicação da mesma;
- Lembrámos ao Senhor Ministro, que o pessoal da Polícia Judiciária, tem um acréscimo de 20% sobre a contagem de tempo efectivo, que com as novas regras de Aposentação resulta praticamente inócuo. Entendeu a nossa pretensão, crê nos benefícios que uma efectiva redução na idade da reforma, traria para a Polícia Judiciária, e que tal se possa viabilizar. Solicitou a elaboração de uma proposta fundamentada. É o que faremos ainda esta semana, com as alternativas que fomos capazes de sintetizar e defender.
- Abordámos de seguida a questão do pagamento do trabalho extraordinário na Polícia Judiciária e os valores ridículos com que são actualmente remunerados todos os funcionários da casa, incluindo o Pessoal Operário e Auxiliar (em especial os Motoristas) que vencendo pela tabela comum da Função Pública, são os mais prejudicados. Ficou claro, que tal assunto se resolve por despacho do Senhor Director Nacional, que revogue os actuais despachos ou por nova Portaria de Piquete, Prevenção, etc. Para o efeito, vamos abordar o Senhor Director Nacional.



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS
TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES E OPERÁRIOS
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

- Foi exposta e analisada em pormenor a situação das Funcionárias da Limpeza fora do Quadro, designadamente a perda sucessiva de “direitos”, como o acesso aos transportes colectivos e mais recentemente aos Serviços Sociais. É entendimento do Senhor Ministro, que importa encontrar uma maneira de “repôr” de imediato as regalias que detinham, enquanto não se encontra uma forma definitiva para regularizar esta relação laboral e remuneratória, que se prevê difícil.
- Podemos ainda transmitir ao Senhor Dr. Alberto Costa, a preocupação com os “cortes” orçamentais na PJ, nomeadamente na rubrica de pessoal, que inviabilizam a normal gestão de pessoal, por parte da Direcção Nacional e que afecta a moral dos efectivos que vêm a sua carreira interrompida pela simples falta de dotação orçamental.
- Após a audiência, em contacto informal com o Adjunto do Senhor Ministro, foi lembrada a situação de algumas carreiras “atípicas” que aguardam regularização há vários anos, nomeadamente o Fiel de Armazém e o pessoal da cozinha do ISPJCC, o que vai merecer a atenção do Gabinete do Ministro da Justiça.

A Direcção Nacional
O Presidente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Almeida', written over a horizontal line.